



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

A história de um silenciamento nos arquivos de um hospital: o caso de E.F.P., sapateiro, lobotomizado em 1952

Autoria: Marta Regina Cioccarri (UFRRJ) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

A partir de pesquisa documental realizada nos arquivos do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP), de Porto Alegre (RS), entre 1930 e 1960, analiso, numa perspectiva antropológica, os discursos contidos nas anotações de prontuários de pacientes e as disputas simbólicas empreendidas entre correntes psiquiátricas brasileiras no período. Nesta comunicação, em particular, relato a história de um sapateiro de São Leopoldo (RS), evangélico, de inteligência considerada "normal", de temperamento "afetivo" e que gostava de ler romances. Pelo menos era assim quando E. F. P. ingressou pela primeira vez no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em 3 de janeiro de 1949, com 24 anos. O rapaz teria solicitado a própria internação porque, depois de uma crise iniciada meses antes, achava que "não podia mais com seus nervos". Nos quatro anos seguintes, reingressaria três vezes no HPSP, tendo sido submetido a uma série de experiências (como choques de insulina e elétricos), sem apresentar melhora. Mas nenhum procedimento se comparava ao definiu seu destino em abril de 1952: a lobotomia. O jovem sapateiro foi internado pela primeira vez no mesmo ano em que um dos inventores da lobotomia, o português Egas Moniz, era condecorado com o Prêmio Nobel de Medicina, em 1949. No começo da década de 1950, portanto, a prática estava em ascensão no meio psiquiátrico mundial. Em artigo publicado no Jornal Brasileiro de Psiquiatria, em 1953, o psiquiatra português Barahona Fernandes destacava que "a extraordinária descoberta da leucotomia pré-frontal de Egas Moniz levando os psiquiatras a intervenções cirúrgicas no encéfalo de alienados crônicos, numa iconoclasta "cirurgia do espírito", levantou (...) grande e tenebrosa tempestade". Ele afirmava que "reações emocionais e



primitivas? haviam sido suscitadas em razão de ?o mito insondável da loucura? ter sido atacado ?de forma concreta e materialista?. Nos arquivos do hospital, a mesma papeleta que preserva os relatos de sofrimentos e a trajetória de E.F.P. como doente mental, registra também, como testemunha silenciosa, uma ríspida discussão entre o cirurgião que operou o paciente e um psiquiatra que contestava a realização da operação. Esse documento, a meu ver, revela de forma inusitada e significativa o enfrentamento entre duas correntes do pensamento psiquiátrico à época. De um lado, os chamados ?organicistas? que, impulsionados pela consagração mundial da lobotomia, cobravam caro a pacientes particulares pelo acesso ?ao benefício? de extração de parte do cérebro dos pacientes. No outro polo estavam os representantes da chamada ?psiquiatria dinâmica?, os psicanalistas, que consideravam o procedimento uma mutilação e defendiam o uso da psicoterapia como única forma eficaz de um paciente superar seus conflitos.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: